

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

#00014537

2009-0415 Ultima versao

# ***Autopista Régis Bittencourt S.A.***

*Demonstrações Financeiras Referentes  
ao Período de Nove Meses Findo em  
30 de Setembro de 2009 e ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2008 (Em Fase  
Pré-operacional até 28 de Dezembro de 2008) e  
Parecer dos Auditores Independentes*

*(Reapresentação)*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Autopista Régis Bittencourt S.A.  
Registro - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), levantados em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações e o valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de outubro de 2009 (exceto quanto aos assuntos descritos na Nota explicativa no. 2.b) cuja data é 22 de janeiro de 2010)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso  
Contador  
CRC nº 1 SP 077516/O-9

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	100.264	5.176	Empréstimos e financiamentos	11	1.424	234
Contas a receber	4	7.573	73	Fornecedores	12	7.972	27.532
Estoques	5	371	1.210	Fornecedores - partes relacionadas	15	5.000	40.381
Impostos a recuperar	6	1.709	403	Obrigações sociais	13	3.261	997
Despesas antecipadas	7	1.046	332	Obrigações fiscais	14	2.380	4.728
Outros créditos		61	26	Cauções contratuais	17	3.248	4.767
Total do ativo circulante		<u>111.024</u>	<u>7.220</u>	Taxa de fiscalização	18	760	703
				Dividendos propostos	15	23	23
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Outras contas a pagar		<u>6</u>	<u>3</u>
Realizável a longo prazo-				Total do passivo circulante		<u>24.074</u>	<u>79.368</u>
Depósitos judiciais	16	2	-				
Imobilizado	8	299.262	200.876	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Diferido	9	37.273	39.641	Provisão para contingências	16	13	-
Intangível	10	<u>275</u>	<u>105</u>	Empréstimos e financiamentos	11	209.904	3.018
Total do ativo não circulante		<u>336.812</u>	<u>240.622</u>	Empréstimos de partes relacionadas	15	<u>130.064</u>	<u>121.379</u>
				Total do passivo não circulante		<u>339.981</u>	<u>124.397</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	19.a	84.001	44.001
				Reservas de lucros		76	76
				Prejuízos acumulados		<u>(296)</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>83.781</u>	<u>44.077</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>447.836</b></u>	<u><b>247.842</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>447.836</b></u>	<u><b>247.842</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 2008)

(Expressa em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)

---

	Nota explicativa	30/09/2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de pedágio		103.976
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Impostos e contribuições		(9.044)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>94.932</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(66.881)
LUCRO BRUTO		<u>28.051</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas		(9.948)
Honorários da Administração	21	(434)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>17.669</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	20	1.618
Despesas financeiras	20	<u>(19.379)</u>
		(17.761)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(92)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(204)
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u><u>(296)</u></u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO - R\$	2.9	<u><u>(0,004)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Expressas em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	-	-	1
Aumento de capital:						
Em 6 de fevereiro de 2008		42.000	-	-	-	42.000
Em 22 de agosto de 2008		2.000	-	-	-	2.000
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2008		<u>44.001</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.001</u>
Lucro líquido do período de 29 a 31 de dezembro de 2008		-	-	-	99	99
Destinação do lucro líquido do período:						
Constituição de reserva legal	19.c	-	5	-	(5)	-
Dividendos propostos	19.c	-	-	-	(23)	(23)
Retenção de lucros	19.c	-	-	71	(71)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>44.001</u>	<u>5</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>44.077</u>
Aumento de capital:						
Em 15 de abril de 2009		36.000	-	-	-	36.000
Em 17 de julho de 2009		4.000	-	-	-	4.000
Prejuízo do período		-	-	-	(296)	(296)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009		<u>84.001</u>	<u>5</u>	<u>71</u>	<u>(296)</u>	<u>83.781</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Expressas em milhares de reais - R\$)

	<u>30/09/2009</u>	<u>30/09/2008</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo líquido do período	(296)	-
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	20.111	36
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	9.195	210
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9.661	-
Constituição de provisão para contingências	13	-
 Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(7.500)	-
Estoques	839	(737)
Impostos a recuperar	(1.306)	(403)
Despesas antecipadas	(714)	(4.068)
Outros créditos	(35)	(14)
Depósitos judiciais	(2)	-
Fornecedores	951	3.270
Fornecedores - partes relacionadas	(1.802)	-
Cauções contratuais de fornecedores	(955)	-
Obrigações sociais	2.264	821
Obrigações fiscais	(953)	2.201
Taxa de fiscalização	57	703
Outras contas a pagar	3	4
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>29.531</u>	<u>2.023</u>
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(170.367)	(62.509)
Aquisição de itens do intangível	(203)	-
Adições ao ativo diferido	-	(14.741)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(170.570)</u>	<u>(77.250)</u>
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captações de empréstimos e financiamentos	297.870	35.000
Integralização de capital	40.000	44.001
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<u>(101.743)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>236.127</u>	<u>79.001</u>
 <b>AUMENTO DE CAIXA E BANCOS E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>95.088</u>	<u>3.774</u>
 <b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	5.176	1
 <b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO PERÍODO</b>	<u>100.264</u>	<u>3.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009  
(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 2008)  
(Expressa em milhares de reais - R\$)

---

	<u>30/09/2009</u>
RECEITAS	
Venda de serviços	<u>103.976</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
Custos de serviços prestados	(10.658)
Custo da concessão	(25.049)
Outros	<u>(7.373)</u>
	<u>(43.079)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>60.897</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(20.111)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>40.786</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
Receitas financeiras	1.618
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>42.404</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Pessoal e encargos:	
Remuneração direta	11.313
Benefícios	1.971
FGTS	550
Impostos, taxas e contribuições:	
Federais	3.795
Municipais	5.249
Remuneração de capital de terceiros-	
Juros	19.822
Remuneração de capital próprio-	
Prejuízo do período	<u>(296)</u>
	<u><u>42.404</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração comercial do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 06, em conformidade com o Contrato de Concessão e com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 104,9 km de terceira faixa.
- 109,6 km de vias laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSO.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Em 30 de setembro de 2009, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$1.305 mil (informação não auditada).

Em 24 de dezembro de 2008, a Sociedade obteve da ANTT permissão para início da cobrança de pedágio nas praças de pedágio concluídas. Em 29 de dezembro de 2008, iniciou-se a cobrança nas praças de São Lourenço da Serra (P1) e Cajati (P4), em 22 de fevereiro de 2009 na praça de Juquiá (P3), em 10 de março de 2009 na praça de Campina Grande do Sul (P6), em 23 de março de 2009 na praça de Miracatu (P2), e em 18 de maio de 2009 na Barra do Turvo (P5). Em 30 de setembro de 2009, todas as praças de pedágio encontravam-se em operação.



Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não pagará ao poder concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Adicionalmente, essas demonstrações financeiras incorporam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

### 2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por caixa, bancos e aplicações financeiras, as quais estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido do rendimento auferido até as datas dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

### 2.2) Contas a receber

Representadas por valores de pedágio eletrônico a receber e apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para devedores duvidosos é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

### 2.3) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros elegíveis à capitalização, deduzido das depreciações estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida-útil econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

#### 2.4) Diferido

Composto por despesas pré-operacionais incorridas até 28 de dezembro de 2008 com a implantação da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 9. As amortizações mensais são computadas linearmente pelo prazo de dez anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, o registro das despesas pré-operacionais está sendo feito diretamente no resultado, como despesas operacionais, em virtude do determinado pela Lei nº 11.941/09.

#### 2.5) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, atualizados monetariamente pelas variações monetárias e acréscimos de juros conforme disposições contratuais, incorridos até as datas dos balanços. Os juros e demais encargos são apropriados ao resultado, exceto quando elegíveis para capitalização ao imobilizado.

#### 2.6) Provisão para contingências

Registrada com base na opinião da Administração da Sociedade e dos seus advogados no montante das perdas prováveis em relação aos processos em aberto nas datas dos balanços.

#### 2.7) Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços.

#### 2.8) Imposto de renda e contribuição social

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas em consonância com os critérios estabelecidos pela legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, e levam em consideração os prazos previstos para sua realização.

#### 2.9) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

#### 2.10) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado, prazos de realização dos valores registrados no diferido e constituição de provisão para contingências.

b) Aperfeiçoamento de notas explicativas

As demonstrações financeiras foram originalmente emitidas em 23 de outubro de 2009. Após a emissão, a Administração da Sociedade incluiu referidas demonstrações financeiras em processo de pedido de registro de abertura de capital e em função da análise desses pedidos, a CVM emitiu o Ofício CVM/SEP/GEA-2/nº. 007/10 solicitando o aperfeiçoamento das informações constantes das notas explicativas relacionadas a seguir:

- Notas explicativas nº. 1 – Contexto operacional: aprimoramento da divulgação das informações relacionadas ao contrato de concessão, conforme requerido no ofício circular CVM/SNC/SEP nº. 01/2004.
- Nota explicativa nº. 13 – Obrigações Sociais: aprimoramento da divulgação das informações relacionadas à participação dos lucros e resultados, conforme requerido no CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas.
- Nota explicativa nº 16 - Provisão para contingências.
- Notas explicativas nº. 25 – Instrumentos financeiros: complemento da divulgação das informações relacionadas à análise de sensibilidade das divulgações nas notas explicativas de nos. 3 e 11, relativas as aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos e informar se possui ou não operações com derivativos

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa	875	464
Bancos - conta movimento	<u>1.935</u>	<u>4.526</u>
	2.810	4.990
Aplicações financeiras	<u>97.454</u>	<u>186</u>
	<u>100.264</u>	<u>5.176</u>

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de renda fixa em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas lastreadas em debêntures, todas com possibilidade de resgate inferior a 90 dias, sem perda de valor. As operações compromissadas e os CDBs apresentam rentabilidade entre 100% e 102% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Pedágio eletrônico a receber	6.362	57
Cupons de pedágio a receber	835	6
Visa Vale	<u>376</u>	<u>10</u>
	<u>7.573</u>	<u>73</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

Em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, a Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para devedores duvidosos.

## 5. ESTOQUES

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Defensa semimaleável simples galvanizada e outras defensas	141	733
Tachão bidirecional	65	131
Tinta para demarcação viária	-	74
Cone obra	17	43
Microesferas e outros itens	<u>148</u>	<u>229</u>
	<u>371</u>	<u>1.210</u>

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Imposto de renda e contribuição social – antecipações	1.153	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	547	403
Imposto Sobre Serviços - ISS a recuperar	8	-
Outros impostos a recuperar	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>1.709</u>	<u>403</u>

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Prêmios de seguros a apropriar	1.036	309
Outros	<u>10</u>	<u>23</u>
	<u>1.046</u>	<u>332</u>

## 8. IMOBILIZADO

É composto por:

	Taxa anual média ponderada de depreciação - %	30/09/2009		31/12/2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	8	209.954	(11.070)	198.884	97.286
Pavimentos e recapeamentos	17	75.018	(8.956)	66.062	31.549
Equipamentos mobiliários	17	977	(147)	830	538
Móveis, utensílios e instalações	10	1.658	(150)	1.508	1.524
Outras imobilizações	10	24.779	(1.920)	22.859	21.199
Benfeitorias em bens de terceiros	10	1	-	1	1
Obras em andamento	-	7.305	-	7.305	48.302
Adiantamento a fornecedores	-	<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>	<u>477</u>
		<u>321.505</u>	<u>(22.243)</u>	<u>299.262</u>	<u>200.876</u>

(Tentativo e preliminar. Somente para discussão.)

As adições ao ativo imobilizado, ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas (amortizadas) com base no período remanescente do Contrato de Concessão.

Os equipamentos adquiridos através da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e instalados nas praças de pedágio foram dados em garantia de referidos financiamentos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 foram capitalizados R\$1.797 de encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros e mútuos com partes relacionadas.

Em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, a Sociedade não identificou a necessidade de provisão para redução dos ativos ao valor recuperável.

## 9. DIFERIDO

Em 30 de setembro de 2009, o saldo de R\$37.273 (R\$39.641 em 31 de dezembro de 2008) é representado pelos gastos pré-operacionais com estudos de viabilidade, valores incorridos em reformas da rodovia e faixa de domínio necessárias para equalização de problemas emergenciais, além de outros gastos incorridos durante a fase de implantação das operações, líquidos da amortização reconhecida a partir de 29 de dezembro de 2008, quando duas praças de pedágio iniciaram as operações, sendo elas São Lourenço da Serra (P1) e Cajati (P4).

Conforme análise de volume de tráfego efetuado pela Sociedade, as praças de São Lourenço da Serra (P1), Miracatu (P2), Juquiá (P3), Cajati (P4), Barra do Turvo (P5) e Campina Grande do Sul (P6), representam, respectivamente, 17%, 14%, 18%, 18%, 17% e 16% de todo o volume de tráfego esperado para a concessão. Em 30 de setembro de 2009, 100% do diferido estava sujeito à amortização a uma taxa de 10% ao ano.

## 10. INTANGÍVEL

		30/09/2009		31/12/2008
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	20	<u>323</u>	<u>(48)</u>	<u>275</u>
				<u>105</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, as amortizações alocadas às despesas operacionais foram de R\$48.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
FINAME (a)	<u>4.539</u>	<u>3.252</u>
Circulante	1.133	234
Não circulante	3.406	3.018
BNDES (b)	<u>206.789</u>	<u>-</u>
Circulante	291	-
Não circulante	206.498	-

(a) É representado por:

	<u>Encargos anuais - %</u>	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
FINAME - Banco Votorantim S.A.	2,6 acima da TJLP (*)	<u>4.539</u>	<u>3.252</u>

(\*) Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP equivalente a 6,25% ao ano em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2008, a Sociedade obteve financiamentos da FINAME através do Banco Votorantim S.A.

Esses financiamentos têm como objetivo financiar as aquisições e instalações de equipamentos nas praças de pedágio. O vencimento da última parcela ocorrerá em 16 de setembro de 2013. Os contratos de empréstimos apresentam diferentes períodos de carência para pagamento do principal.

Os financiamentos estão garantidos por notas promissórias que equivalem a 130% do valor total do principal devido e pelos bens objeto da operação.

(b) É representado por:

	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30/09/2009</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
BNDES - Banco Santander S.A. (i)	TJLP + 3,58%	Janeiro de 2011	731	191.242
BNDES - Banco Santander S.A. (ii)	TJLP + 2,8%	Janeiro de 2011	3	15.348
Encargos financeiros antecipados			(443)	(92)
			<u>291</u>	<u>206.498</u>

(i) Em junho de 2009 houve a abertura de créditos perante o BNDES, divididos em nove subcréditos, sendo o primeiro (“A”) recebido em 26 de junho de 2009, por meio do Banco Santander S.A. O crédito é destinado a “Serviços Iniciais” e de “Recuperação”, destinados a obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, obras-de-arte especiais, obras-de-arte correntes, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, sistemas elétricos e de iluminação; “Obras de Melhoria e Ampliação”, referentes às barreiras de concreto e pórticos; “Operação da Rodovia”, em relação à implantação das praças de pedágio, e sistemas de atendimento ao usuário, equipamentos, materiais e sua instalação; “Projeto”; “Cadastro”; e “Despesas pré-operacionais”. Os

juros serão exigidos trimestralmente, no período compreendido entre 15 de junho de 2009 e 15 de dezembro de 2010, e a amortização do principal ocorrerá 15 de janeiro de 2011, em parcela única.

- (ii) Em setembro de 2009 ocorreu liberação de parte do segundo subcrédito, denominado “B”, “Recuperação”, destinado às obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, obras-de-arte especiais, obras-de-arte correntes, terraplenos, estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio, sistemas elétricos e de iluminação; “Obras de Melhoria e Ampliação”, referentes às barreiras de concreto e pórticos; “Operação da Rodovia”, em relação à implantação das praças de pedágio e sistemas de atendimento ao usuário, equipamentos, materiais e sua instalação; “Projeto”; e “Cadastro”. A liberação ocorreu por meio do Banco Santander S.A. Os juros serão exigidos trimestralmente, no período compreendido entre 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, e a amortização do principal ocorrerá em 17 de janeiro de 2011, em parcela única.

Os próximos créditos estarão disponíveis mediante o cumprimento das condições suspensivas estabelecidas contratualmente.

Em 30 de setembro de 2009, a parcela do não circulante dos empréstimos e financiamentos tem os seguintes vencimentos:

	<u>R\$</u>
2010 (a partir de outubro)	369
2011	207.606
2012	1.108
2013	817
2014	<u>4</u>
	<u>209.904</u>

Esses empréstimos estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que implicam vencimento imediato nos casos de descumprimentos relacionados às seguintes condições:

Da Sociedade:

- Manter situação regular com suas obrigações nos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente o BNDES.
- Não constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas, em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato

Do acionista:

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições a capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão ou cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a cinco vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral auditado por empresa de auditores independentes registrada na CVM.

A Sociedade encontrava-se em cumprimento das cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

## 12. FORNECEDORES

Em 30 de setembro de 2009, o saldo de R\$7.972 refere-se a fornecedores e prestadores de serviços (R\$27.532 em 31 de dezembro de 2008), relacionados predominantemente com a concessão, e incluem gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

## 13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Provisão para férias e 13º salário	1.792	511
Gratificações e participações a pagar (*)	700	-
Encargos sociais e previdenciários	413	282
Outras obrigações	<u>356</u>	<u>204</u>
	<u>3.261</u>	<u>997</u>

A Sociedade provê a seus empregados, benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Estes benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.



(\*) Refere-se à provisão da participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. As metas são como seguem:

1) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

2) Definição dos valores:

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, os itens, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e Suspensões.

#### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
ISS	1.240	2.130
IRRF	61	527
PIS	121	2
COFINS	557	10
PIS, COFINS, CSLL e INSS de terceiros	401	2.027
Outros	<u>-</u>	<u>32</u>
	<u>2.380</u>	<u>4.728</u>

#### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são, basicamente mercantis e relacionadas a contrato de serviços de construção, execução de obras, aluguéis e mútuo para capital de giro.

As transações realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 e os saldos em 30 de setembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008 com a controladora e outras partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

30/09/2009					
Fornecedores					
Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Outros serviços	Dividendos propostos	Não circulante	
Partes relacionadas:					
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	-	1.698	23	130.064
Paulista Infra Estrutura Ltda. (b)	-	703	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	90	2.306	-	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	-	203	-	-	-
	<u>90</u>	<u>3.212</u>	<u>1.698</u>	<u>23</u>	<u>130.064</u>
31/12/2008					
Fornecedores					
Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Outros serviços	Dividendos propostos	Não circulante	
Partes relacionadas:					
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	-	-	1.785	23	121.379
Paulista Infra Estrutura Ltda. (b)	-	18.993	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	-	19.585	-	-	-
Autopista Fernão Dias S.A.	-	-	1	-	-
Centrovias Sistema Rodoviário S.A. (b)	-	-	17	-	-
	<u>-</u>	<u>38.578</u>	<u>1.803</u>	<u>23</u>	<u>121.379</u>

- (a) Representa mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue: As demais operações com a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL no leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				30/09/2009	31/12/2008
29/08/2008	Fevereiro de 2012	CDI + 1,037% a.a.	11.000	12.275	11.454
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.911	8.316
25/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.106	1.032
29/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	11.000	12.158	11.355
29/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.421	4.125
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	7.719	7.203
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	17.000	18.615	17.371
05/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	7.640	7.131
27/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	22.000	23.839	22.245
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	7.000	7.564	7.058
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	24.000	25.816	24.089
			<u>119.000</u>	<u>130.064</u>	<u>121.379</u>

- (b) Referem-se a prestações de serviços direcionadas à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida à Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

### Custo dos serviços prestados

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, a Sociedade incorreu em gastos com serviços de conservação de rotina perante a Latina Manutenção de Rodovias Ltda., no montante de R\$2.179, os quais foram alocados na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

No período de seis e nove meses findo em 30 de setembro de 2009 a Sociedade pagou o montante de R\$293 e R\$434, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

#### 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 30 de setembro de 2009, com base na opinião dos consultores jurídicos da concessionária, foi constituída provisão para contingências relativas a processos cíveis em andamento, no montante de R\$13, considerado necessário para cobrir perdas que possam advir do desfecho dos processos.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em outros processos cíveis em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos totalizam R\$1.319 em 30 de setembro de 2009.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível.

#### 17. CAUÇÕES CONTRATUAIS

	<u>30/09/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Retenções de 5% referentes a prestadores de serviços	<u>3.248</u>	<u>4.767</u>

Representam a retenção de 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, a qual será paga após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade.

#### 18. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Em 30 de setembro de 2009, o saldo de R\$760 (R\$703 em 31 de dezembro de 2008) é representado pela verba da fiscalização paga mensalmente, desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2008, conforme mencionado na nota explicativa nº 25.

#### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2009 está representado por 84.001.000 ações ordinárias nominativas (44.001.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2008), sem valor nominal, conforme segue:

	Participação acionária - %	Quantidade de ações	
		<u>Subscritas</u>	<u>Integralizadas</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	99,9999	84.000.999	84.000.999
José Carlos Ferreira de Oliveira Filho	<u>0,0001</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>100,0000</u>	<u>84.001.000</u>	<u>84.001.000</u>

- b) O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. O eventual saldo remanescente de lucro líquido será destinado de acordo com deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.
- c) O cálculo dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2008 está demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do período	99
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(5)</u>
Base de cálculo para dividendos	94
Dividendos mínimos obrigatórios - %	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do período	<u>23</u>

O remanescente do saldo do lucro do período, no montante de R\$71, foi transferido para a conta “Reserva de retenção de lucros”, considerando o início das operações da Sociedade, mantido para os investimentos, tendo sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, está representado por:

	<u>R\$</u>
Receitas financeiras:	
Descontos obtidos	38
Sobre aplicações financeiras	<u>1.580</u>
	<u>1.618</u>
Despesas financeiras:	
Encargos financeiros - juros e variação monetária	18.898
Outras despesas	<u>481</u>
	<u>19.379</u>

## 21. IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração da base do imposto de renda e da contribuição social em 30 de setembro de 2009 é como segue:

	<u>R\$</u>
Prejuízo contábil no período de nove meses	(92)
Adições-	
Provisões temporariamente indedutíveis	<u>693</u>
	601
Alíquota efetiva	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(204)</u>

Os créditos tributários relativos às provisões temporariamente dedutíveis serão registrados quando de sua realização.

## 22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

### b) Informações suplementares

	<u>30/09/2009</u>	<u>30/09/2008</u>
Caixa pago durante o período referente a:		
Juros	9.613	-
Imposto de renda e contribuição social	1.206	-
Atividades de investimentos não realizados em caixa:		
Compra de bens do ativo imobilizado e itens do diferido e do intangível registrada em obrigações	43.224	21.528

## 23. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, é obrigação da Sociedade manter em vigor, durante todo o prazo de duração da concessão, apólices de seguro em valor suficiente para garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à concessão, em consonância com o Programa de Seguros apresentado pelo Poder Concedente.

Em 30 de setembro de 2009, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos de engenharia	3.050
	Riscos patrimoniais/perda de receita	165.000
	Responsabilidade civil	20.100
	Seguro garantia	<u>106.704</u>
		<u>294.854</u>

## 24. COMPROMISSOS

a) Os principais compromissos firmados pela Sociedade relacionados à concessão da Rodovia BR-116 - SP/PR, conforme Contrato de Concessão, são:

- i) Recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, será de R\$8.436 em valores de julho de 2007. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$210.900, em valores de julho de 2007, conforme determinado no Contrato de Concessão.

A verba de fiscalização será corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, foram recolhidos R\$6.844 relativos à referida verba, tendo sido o mesmo montante reconhecido no resultado do período, na conta “Custo dos serviços prestados”.

- ii) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- iii) Não cabe, durante a concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como pelo exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- iv) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- v) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- vi) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.

vii) O estatuto social da Sociedade prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010.

viii) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

b) Em 30 de outubro de 2008, a Sociedade firmou termo de compromisso com a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo relativo a obras e outras melhorias a serem efetuadas no Parque Estadual do Rio do Turvo e na Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo, a título de indenização por utilização de área do Parque pela Sociedade. O valor do compromisso firmado é de R\$2.071.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros de longo prazo - TJLP e CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2009 a administração efetuou análise sensível considerando um aumento de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

Indicadores	Cenário I – Provável	Cenário II (+ 25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	8,60%	10,75%	12,90%
TJLP	6,00%	7,5%	9,00%
Juros a incorrer*	34.530	40.978	51.795

\*Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e, consistem, primariamente, de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, a Sociedade, apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 6.362 e R\$ 57, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na conta “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não revisada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros - consolidado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 30 de setembro de 2009 e 30 junho de 2009 representam o valor justo, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes

## 26. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

### Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Até a data da preparação destas demonstrações financeiras, 17 novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedades para Investimento
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados

A Administração da Sociedade está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade irá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2009.



## 27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em outubro de 2009, a Sociedade obteve a liberação de R\$16.695 perante o BNDES relativo ao contrato de empréstimo mencionado na nota explicativa nº 11.

---